

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08285.003502/2022-79

REF. EDITAL Nº 01/2023

RESIDÊNCIA ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.508.315/0001-63, com sede na Rua Augusto Calmon, n.º 75, Jucutuquara, Vitória/ES, CEP 29.040-730, por meio de seu representante legal, MAX COSTA DE LIMA, inscrito no CPF sob o nº 055.711.917-08, conforme contrato social anexo, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 41, §1º, da Lei n.º 8.666/93, oferecer **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelos motivos que passa a expor.

I – DA TEMPESTIVIDADE

01 – Conforme dispõe o artigo 41, § 1º, da Lei nº 8.666/93¹, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação, devendo o pedido ser protocolado até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação. Com efeito, tendo em vista que a sessão de abertura dos envelopes ocorrerá no dia **19 de junho de 2023**, verifica-se que o prazo para impugnar o edital se encerra no dia **13 de junho de 2023**, razão pela qual a presente impugnação se afigura plenamente tempestiva.

¹ **Art. 41. (...) § 1º** Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

II – SÍNTESE DOS FATOS

02 – Pois bem, necessitando contratar empresa para *“Execução de obras de reforma e adequações a serem realizadas no pátio interno, localizado no 1º pavimento da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo (SR/PF/ES), visando a implantação do Centro de Treinamento Operacional e área de Convivência”*, a SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO publicou o edital do certame licitatório em epígrafe, na modalidade Tomada de Preço, no regime de empreitada por preço unitário do tipo menor preço global.

03 – Todavia, da análise do instrumento convocatório, em especial dos **subitens 7.7.2.c) e 7.7.6.3.**, verifica-se que, dentre os requisitos para a habilitação dos licitantes em relação à comprovação da qualificação técnico-operacional e técnico-profissional, foi inserida exigência relativa à experiência anterior das licitantes na *“Execução de painéis em Light Steel Frame (LSF) com revestimento em placas cimentícias com ao menos 200m² (duzentos metros quadrados) de projeção de área construída”*

04 – Ocorre que, a *execução de painéis em Light Steel Frame (LSF)* é um serviço ordinariamente prestado por empresas muito específicas em obras dessa natureza, e a exigência de qualificação técnico-operacional e técnico-profissional para esse determinado item (*“Execução de painéis em Light Steel Frame (LSF)”*) foge à razoabilidade e acaba por reduzir sobremaneira o universo de possíveis concorrentes no certame, em prejuízo à ampla concorrência.

05 – Nestes termos, com a devida *venia*, há que se reconhecer o **caráter excessivamente restritivo** da mencionada exigência, o que restará adiante demonstrado, de modo que o instrumento convocatório é carecedor de reforma.

III – DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA INSERIDA NOS SUBITENS 7.7.2.c) E 7.7.6.3., DO EDITAL. RESTRIÇÃO À AMPLA CONCORRÊNCIA.

06 – Como relatado acima, o instrumento convocatório impugnado inseriu, dentre os requisitos para a comprovação da qualificação técnico-operacional e profissional, a comprovação de experiência anterior da licitante na “Execução de painéis em Light Steel Frame (LSF)”.

07 – Pois bem. Não se ignora que é dever da Administração exigir a apresentação de documentos para comprovar a qualificação técnica e econômica das licitantes, a fim de garantir a participação de licitantes aptos ao regular cumprimento do serviço licitado, o que inclusive possui previsão constitucional².

08 – Entretanto, tal exigência deve guardar um mínimo de respeito à razoabilidade, não podendo a Administração, sob o pálio de garantir a contratação de licitante apto à execução do objeto licitado, **restringir o caráter competitivo do certame criando obstáculos desarrazoados à busca da proposta mais vantajosa para a Administração**, em violação aos princípios previstos no artigo 3º da Lei 8.666/93³ e em evidente prejuízo ao interesse público.

² **Art. 37** (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. [grifo nosso]

³ **Art. 3º** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a **seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. [grifo nosso]

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu **caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; [grifo nosso]

III.1 – DA POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL E PROFISSIONAL MEDIANTE EXPERIÊNCIA ANTERIOR NA EXECUÇÃO DE SERVIÇO SIMILAR. ART. 30, §3º DA LEI 8.666/93. PRECEDENTES DO EG. TCU.

09 – Para combater as medidas que ocasionem a supressão ou redução da concorrência entre os licitantes, o artigo 30, § 3º, da Lei 8.666/93 estabelece alternativa que, de uma só vez, amplia a competitividade, sem que isso represente algum risco à segurança da adequada execução do objeto licitado pelo contratado. Vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

§3º Será **sempre admitida** a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

10 – Conforme se denota do dispositivo transcrito, para fins de comprovação da qualificação técnica – seja profissional, seja operacional, será **sempre** admitido ao licitante que o faça demonstrando a experiência anterior na execução de obra ou serviço similar ao contratado, e cuja complexidade tecnológica e operacional seja equivalente ao objeto do certame.

11 – Corroborando a lógica adotada pelo legislador quanto à necessária ampliação da competitividade, a jurisprudência do **Eg. Tribunal de Contas da União** se firmou no sentido de que é possível a comprovação de aptidão técnica por atestados de obras ou serviços similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. Veja:

Voto:

“12. Em relação às questões de fundo tratadas na representação, considero que as irregularidades apontadas na representação tiveram realmente o indesejado efeito de restringir a competitividade da licitação, afastando do certame potenciais competidores e malferindo os princípios da isonomia e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.”

(...)

“39. Quanto à exigência de que os serviços indicados para qualificação técnica tenham sido realizados exclusivamente em obras de adutora (item 5.3.4.9 do edital), a jurisprudência deste Tribunal é no sentido de admitir a comprovação de aptidão por meio de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, a teor do que dispõe o art. §3º do art. 30 da Lei de Licitações.”

(...)

“41. Conforme asseverou a instrução, a restrição a obras exclusivamente de adutoras pode afastar do certame empresas que já executaram serviços de assentamento de tubos com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação em apreço, porém não em obras de adutoras, restringido, assim, a competitividade do certame.”

(...)

“9.3.5. a comprovação de aptidão técnica dos licitantes pode ocorrer por meio de atestados de obras e serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, conforme art. 30 da Lei 8.666/1993 (Acórdãos 1.110/2007 e 2993/2009, ambos do Plenário);”

(TCU; Representação; Acórdão 2898/2012-Plenário; Rel. Min. José Jorge; Julg. 24/10/2012.

11.1 – Em julgamento de objeto ainda mais amplo, no qual se discutia a possibilidade – ou não – de o edital delimitar a tipologia de obra como requisito à qualificação técnica, o **Eg. TCU** entendeu que *“é irregular a delimitação pelo edital de tipologia específica de obras para fins de comprovação de capacidade técnica de licitante, devendo ser admitida a apresentação de atestados que demonstrem a realização de empreendimentos de natureza similar ao objeto licitado, sob pena de ficar configurada restrição à competitividade”*⁴.

⁴ Enunciado do Acórdão n.º 1585/2015-Plenário, do Eg. Tribunal de Contas da União.

11.2 – De igual modo, em oportunidade posterior, o **Eg. TCU** decidiu que *“as exigências para demonstração da capacidade técnico-operacional devem se limitar à comprovação de execução de obras e serviços similares ou equivalentes, **não se admitindo, sem a devida fundamentação, a exigência de experiência em determinado tipo de metodologia executiva**”⁵.*

12 – No caso em análise, onde é solicitado experiência na *“Execução de painéis em Light Steel Frame (LSF)”*, temos como serviços similares, por exemplo, a execução de *“estruturas para parede em drywall”*, o que atenderia perfeitamente a comprovação de capacidade operacional e profissional, porém os subitens 7.7.2.c) e 7.7.6.3. não trazem em seu texto qualquer possibilidade de apresentação de atestado de serviços similares.

13 – Ambos os serviços discriminados no parágrafo anterior guardam similaridades que não podem ser ignoradas, que vão desde a própria estrutura que compõem até a metodologia adotada nas respectivas instalações, de modo que a experiência anterior na execução de um **deve** ser aceita para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional e profissional na execução do outro.

14 – Ora, na lição do administrativista JOEL MENEZES NIEBUHR, *“o princípio da competitividade é vulnerado sempre que o instrumento convocatório contiver exigências inúteis, desnecessárias, irrelevantes ou impertinentes tomando como parâmetro as especificidades do objeto lícito”*. E, em arremate, defende que as *“exigências devem ser amparadas em interesse público, devem ser justificadas, úteis, necessárias, pertinentes ou relevantes para o interesse público”* ⁶.

⁵ Enunciado do Acórdão n.º Acórdão 1742/2016-Plenário, do Eg. Tribunal de Contas da União.

⁶ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 1183 p. 395.

15 – Com efeito, ao exigir como requisito para comprovação da qualificação técnico-operacional e profissional a experiência anterior na “*Execução de painéis em Light Steel Frame (LSF)*”, o Edital n.º 01/2023 acaba por restringir de maneira indevida e desnecessária a ampla concorrência no certame, em evidente violação ao princípio da competitividade e da proposta mais vantajosa.

16 – Desta feita, revela-se ilegal a exigência inserida no Edital impugnado quanto à comprovação da qualificação técnico-operacional e profissional por meio de experiência anterior na execução dos *subitens 7.7.2.c) e 7.7.6.3.*, sobretudo quando não fica explícito que a demonstração de experiência anterior na execução de serviço similar se revela suficiente à participação no certame, razão pela qual a exigência deve ser suprimida do instrumento convocatório.

16.1 – De toda sorte, caso se entenda que as exigências do Edital n.º 01/2023 devem ser mantidos, impõe-se que a h. CPL aceite, para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional e profissional, a experiência anterior na execução de serviço similar àquele veiculado no instrumento convocatório.

III.2 – DA QUANTIDADE EXIGIDA PARA COMPROVAÇÃO DOS SUBITENS 7.7.2.c) E 7.7.6.3.

17 – Ainda sobre as exigências descritas nos *subitens 7.7.2.c) e 7.7.6.3.* - “*Execução de painéis em Light Steel Frame (LSF) com revestimento em placas cimentícias com ao menos 200m² (duzentos metros quadrados) de projeção de área construída*”, a quantidade mínima que é solicitada para o atendimento supera 50% (cinquenta por cento) da quantidade do item discriminado para esse serviço na planilha orçamentária da Administração.

18 – Pelos mesmos motivos já discriminados acima, é solicitado que seja corrigido essa quantidade mínima exigida nos *subitens 7.7.2.c) e 7.7.6.3.*, a fim de não restringir o caráter competitivo do certame criando obstáculos desarrazoados à busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

19 – Desta feita, esta impugnação é formulada para atender a princípios basilares das contratações públicas: salvaguardar os princípios da ampla concorrência, do caráter competitivo do certame e, em fim último, da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

IV – Dos PEDIDOS

20 – Diante do exposto, com o devido respeito e as máximas considerações, a IMPUGNANTE requer seja acolhida a presente impugnação, retificando-se o Edital nº 01/2023, a fim de que:

a) seja **afastada** a exigência de comprovação de *capacidade técnico-operacional e profissional* atualmente prevista nos *subitens 7.7.2.c) e 7.7.6.3.*, no que diz respeito a “*Execução de painéis em Light Steel Frame (LSF)*”, para que sejam garantidas a ampla concorrência e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração;

b) *subsidiariamente*, caso não seja este o entendimento adotado por esta h. CPL, requer, ao menos, seja **possibilitado** às licitantes que comprovem a qualificação técnico-operacional e profissional para a execução do serviço previsto nos *subitens 7.7.2.c) e 7.7.6.3.*, do Edital **mediante demonstração de experiência anterior na execução de serviço similar**, tal como autoriza o artigo 30, §3º, da Lei 8.666/93.

c) seja **corrigido** a quantidade mínima exigida nos *subitens 7.7.2.c) e 7.7.6.3.*, para no máximo 50% (cinquenta por cento) da quantidade prevista na planilha orçamentária da Administração;

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.
Vitória/ES, 18 de maio de 2023.

RESIDÊNCIA ENGENHARIA LTDA.
CNPJ: 28.508.315/0001-63